UM GOSTO PORTUGUÊS

O uso do azulejo no século XVII

GOVERNO DE PORTUGAL | SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

dgpc Direção-Geral do Património Cultural

MUSEU NACIONAL DO AZULEJO

ATHENA

EXPOSIÇÃO

Coordenação Geral
Maria Antónia Pinto de Matos

Comissariado
João Pedro Monteiro

Colaboração
Alexandre Nobre Pais
Alexandra Curvelo

Projecto Museográfico
Museu Nacional do Azulejo

Execução
Coordenação
Norberto Luís

Paulo Catarino

Apoio
Jorge Francisco

Apoio à Montagem
Porfíria Formiga
Teresa Henriques

Conservação e Restauro
Coordenação
Lurdes Esteves (Museu Nacional do Azulejo)

Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica
João Miguel dos Santos Simões, IHA/FLUL:
Ana Rato
Joana Bragança
Sofia Caldeira
Teresa Pinto Silva

Voluntários
Ana Cristina Martinelli
António Borges
António Oliveira
Carlos Serra
Catarina Tibúrcio
Deolinda Martins
Esmeralda Serra
Filomena Barata
Francisco Bourbon
Jorge Barata
Mafalda Pereira
Margarida Noronha
Maria de Lucena
Maria Domingas Pinto
Maria João Carneiro
Maria João Oliveira
Sophie de Bièvre
Teresa Leitão
Tiago Barata
Túlia Gomes

Inventariação
Porfíria Formiga
Teresa Henriques

Colaboração
Bruno Morais
Paulo Gordon Pinto

Serviço de Educação
Dora Fernandes
Helena Miranda

Carla Fernandes Melo

Voluntárias
Maria Delfina Vasconcelos
Maria Eugénia Dias
Maria Luísa Vale
Teresa Reimão Pinto

Comunicação
Constança de Azevedo Lima

Seguros
Lusitânia, Companhia de Seguros, SA

CATÁLOGO

Edição
© Babel e MNAz, 2012

Coordenação Geral
Maria Antónia Pinto de Matos

Coordenação Editorial
MNAz
Alexandra Curvelo
João Pedro Monteiro
Babel
Dalila Rodrigues
Sebastião Sena Esteves

Autores
Alexandra Curvelo (AC)
Alexandre Nobre Pais (ANP)
António S. Silva
Augusta M. Lima
Bruno Martinho
Celso Mangucci
Diana Gonçalves dos Santos
Jessica Hallett
João Manuel Mimoso
João Miguel Simões
João Pedro Monteiro (JPM)
José António Proença
Luísa Penalva
Maria de Lourdes Calvão Borges
Nuno Gonçalo Monteiro
Nuno Senos
Patrícia Roque de Almeida
Pedro Cardim
Rosário Salema de Carvalho (RSC)
Susana Coentro
Vânia S. F. Muralha
Vítor Serrão

Fotografia
Divisão de Documentação Fotográfica/IMC
Coordenação
Alexandra Encarnação
Fotógrafos
Arnaldo Soares
Carlos Pombo
Francisco Matias
Giorgio Bordino
José Pessoa
Luísa Oliveira
assistida por José Moreira e Alexandra Pessoa
Inventariação
Tânia Olim e José Moreira
Digitalização e tratamento de imagem
Alexandra Pessoa
Luísa Oliveira
Marta Monteiro

Cintra & Castro Caldas
Paulo Cintra e Laura Castro Caldas
Inês Aguiar

Revisão
António José Massano

Design Gráfico
Love Street

Abreviaturas
CMP – Câmara Municipal do Porto
FRESS – Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva
ME – Museu de Évora
ML – Museu de Lamego
MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga
MNAz – Museu Nacional do Azulejo
MNSR – Museu Nacional de Soares dos Reis

Apoios
FCT
Fundação Millennium BCP
Lusitânia
Sotinco
Aga – Álcool e Géneros Alimentares, SA

ÍNDICE

TEXTOS DE APRESENTAÇÃO 07

CONTEXTO POLÍTICO E CULTURAL 13

POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER NO PORTUGAL DO SÉCULO XVII 15
Pedro Cardim

OS "CONSUMOS CULTURAIS" DA ARISTOCRACIA NA DINASTIA DE BRAGANÇA. ALGUMAS NOTAS 31
Nuno Gonçalo Monteiro

A GÉNESE DE UMA PRODUÇÃO PORTUGUESA 41

UMA IDENTIDADE CERÂMICA: LOUÇAS E AZULEJOS SEISCENTISTAS 43
João Pedro Monteiro

ENTRE SANTOS E OS ANJOS. A PRODUÇÃO AZULEJAR NA LISBOA DO SÉCULO XVII 53
Rosário Salema de Carvalho

ASPECTOS SOCIAIS DOS ARTÍFICES DA ARTE DO AZULEJO NA CIDADE DE LISBOA 63
João Miguel Simões

ECOS. A PRESENÇA DE ARTÍFICES ESTRANGEIROS E O AZULEJO QUINHENTISTA DE FAIANÇA EM PORTUGAL 69
Alexandre Nobre Pais

OS AZULEJOS DE REPETIÇÃO 81

PADRÕES (AINDA) IMPRECISOS. A AZULEJARIA DE REPETIÇÃO NO SÉCULO XVII 83
Alexandre Nobre Pais

A OURIVESARIA E A JOALHARIA NOS PADRÕES AZULEJARES DO SÉCULO XVII 97
Luísa Penalva

A GRAMÁTICA DO ORNAMENTO: TÊXTEIS ISLÂMICOS E O AZULEJO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII 101
Jessica Hallett

PADRÕES 109

O ORNAMENTO 181

O "BRUTESCO NACIONAL" E A PINTURA DE AZULEJOS NO TEMPO DO BARROCO (1640-1725) 183
Vítor Serrão

OS REVESTIMENTOS AZULEJARES E O MOBILIÁRIO PORTUGUÊS SEISCENTISTAS: AMBIENTES E GRAMÁTICA DECORATIVA 201
José António Proença

AZULEJOS ORNAMENTAIS 209

A FIGURAÇÃO 221

FONTES GRAVADAS PARA A AZULEJARIA SEISCENTISTA SEGUNDO A SUA CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA 223
Diana Gonçalves dos Santos

A FIGURAÇÃO RELIGIOSA 235

NOVA HISTÓRIA, NOVAS IMAGENS. A SINGULAR EXPERIÊNCIA DOS PROGRAMAS ICONOGRÁFICOS RELIGIOSOS SEISCENTISTAS EM AZULEJOS 237
Celso Mangucci

AZULEJO E ARQUITECTURA NAS ENCOMENDAS DAS ORDENS RELIGIOSAS 247
Patrícia Roque de Almeida

AZULEJOS FIGURATIVOS RELIGIOSOS 263

A FIGURAÇÃO PROFANA 289

O AZULEJO COMO ESPELHO. ICONOGRAFIA NA ARQUITECTURA CIVIL SEISCENTISTA 291
Bruno A. Martinho

REPRESENTAÇÕES HERÁLDICAS NA AZULEJARIA PORTUGUESA DO SÉCULO XVII 305
Maria de Lourdes Calvão Borges

AZULEJOS FIGURATIVOS PROFANOS 313

O AZULEJO NO ESPAÇO PORTUGUÊS 333

O USO DO AZULEJO E A PRESENÇA PORTUGUESA NA ÁSIA NO SÉCULO XVII 335
Alexandra Curvelo

AZULEJARIA SEISCENTISTA NO BRASIL 349
Nuno Senos

A TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XVIII 357

GABRIEL DEL BARCO, UM MESTRE NA TRANSIÇÃO PARA A AZULEJARIA DO SÉCULO XVIII 359
Rosário Salema de Carvalho

AZULEJOS DE TRANSIÇÃO 367

ANÁLISE MORFOLÓGICA E QUÍMICA 373

AS CORES NA AZULEJARIA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII 375
Susana Coentro, Vânia S.F. Muralha, Augusta M. Lima, António S. Silva, Alexandre N. Pais, João Manuel Mimoso

BIBLIOGRAFIA GERAL 384

OS "CONSUMOS CULTURAIS" DA ARISTOCRACIA NA DINASTIA DE BRAGANÇA
ALGUMAS NOTAS

Nuno Gonçalo Monteiro*

OS CONTORNOS DE UM TEMA

Debater o tema proposto implica, como condição prévia, evocar algumas questões recorrentes, mesmo que de forma breve.

Em primeiro lugar, importa recordar que a relação entre padrões de consumo e hierarquias sociais constitui um tema clássico do pensamento social ocidental, sobre o qual escreveram alguns dos seus mais destacados expoentes (como Weber, Sombart, Veblen ou Elias). A célebre fórmula de Max Weber, de acordo com a qual "with some over-simplification, one might thus say that (...) 'status groups' are stratified according to the principles of their consumption of goods as represented by their special styles of life"[1], representa um ponto de partida incontornável. Mas não se deve esquecer que as nobrezas de Antigo Regime não constituíam apenas grupos de *status*, pois eram também circunscritas e diferenciadas pela ordem jurídica existente (pelo privilégio). Desse ponto de vista, são especialmente sugestivas as observações contidas nos conhecidos textos de Norbert Elias sobre o "sistema das despesas" e sobre a lógica do prestígio na sociedade de corte. Elias, ao contrário dos autores antes citados e de muitos outros, distingue, a vários títulos, o contexto analisado, o da sociedade de corte dos Antigos Regimes, dos posteriores. Designadamente, ao sublinhar uma diferença essencial: "as despesas de prestígio e a obrigatoriedade de representação social nas camadas superiores das sociedades industriais têm um carácter francamente mais privado do que nas sociedades aristocráticas de corte"[2].

O tema discutido suscita também algumas questões mais específicas. A historiografia europeia recente acentuou, não só as novas dimensões dos consumos culturais nos últimos anos do século XVII e sobretudo no século XVIII, mas também o novo papel cultural da nobreza, na sua dimensão de patrocínio de artistas e literatos, assim como, em certos casos, na produção, concretamente, literária[3]. Ou seja, as nobrezas definir-se-iam agora enquanto autores de textos, em alguns casos de livros, quase sempre de cartas. Às vezes, vai-se mais longe, sugerindo-se que elas se definiam muito mais pelos seus padrões de consumo e pela vocação para a afirmação individual de cada nobre do que pelo seu sentido de pertença a uma casa ou linhagem. Esta mudança estaria relacionada com o papel cultural central desempenhado pelas cortes, pois "during the seventeenth century, European culture took on an aristocratic and courtly tone it had not previously had", "the development of courts made the

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

display of culture valuable". Assim, "across Europe, nobles adapted with striking success to psychological and cultural change during the seventeenth and eighteenth centuries (...) their success was clearest in the realm of high culture"[4].

Entretanto, conforme se tem destacado, é a própria noção de "alta cultura" que se consagra no século XVIII. Com efeito, "our modern idea of 'high culture' is an eighteenth century invention", pois até então não tinham o teatro, a música, a literatura e a pintura recebido a "special collective identity". Acresce que os "works of imagination and the elegant arts", na definição de Edmund Burke retomada por John Brewer[5], teriam, de igual modo, passado a ser procurados por um público mais amplo do que os reis, aristocratas e clérigos. Para mais, a "alta cultura" seria definida por padrões em larga medida partilhados por toda a Europa de Setecentos, embora moldados a partir da experiência inglesa. Evidentemente, essa alta cultura setecentista está longe de ser um exclusivo do consumo aristocrático.

Como último tópico preambular, importa reflectir sobre uma persistente tradição intelectual portuguesa no que se reporta ao "O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares", para retomar o título de uma conferência de António Sérgio proferida no Rio de Janeiro em 1913[6]. Com raízes muito próximas em Herculano e sobretudo em Antero de Quental, como o próprio destaca, e mais remotas em autores seiscentistas e setecentistas, o diagnóstico de Sérgio teve um imenso eco posterior. A cronologia é clara. Portugal vivera uma notável prosperidade cultural nos séculos XV e XVI, quando fora tocado pelas correntes do humanismo europeu, e isso traduziu-se na reforma dos estudos em Coimbra promovida por D. João III. Porém, em meados do século XVI, este mesmo rei, com a Inquisição e os Jesuítas, "numa fúria 'purificadora' e diabólica, – estalam, arrancam e arrojam aos quatro ventos a pobre árvore humanista e europeia"[7]. O conceito de "estrangeirado" surge no século XX, assim, para qualificar aqueles que tinham buscado romper com esse isolamento face à cultura europeia. Muitos autores ulteriores retomarão esta formulação, com especial destaque para Silva Dias e Jaime Cortesão. Outros a criticarão, em especial Borges de Macedo. Mas interessa ainda sublinhar que a imagem de Portugal e de uma Península isolados da Europa era recorrente desde finais do século XVII[8].

Relida de acordo com um vocabulário ulterior, em particular no que se reporta a um tempo setecentista frequentemente ainda visto sob a qualificação de "século das Luzes", as classificações antes referidas tendem a convocar uma clivagem entre "centro" e "periferia" e a remeter o Reino de Portugal para um estatuto inequivocamente periférico no contexto de uma geografia cultural europeia. De resto, de acordo com as ideias sobre o Sul católico e sobre Portugal que exprimiram um bom número de pensadores da época, como se sublinhou.

Naturalmente, os terrenos possíveis para debater as ideias referidas são praticamente ilimitados. O que se apresenta aqui são alguns prismas de discussão a partir de tópicos específicos sobre os consumos aristocráticos em Portugal durante a dinastia de Bragança.

AS IMAGENS DA ÉPOCA

É certo que a imagem negra da Península Ibérica propalada pelos olhares protestantes do Norte era, desde a segunda metade do século XVII, em larga medida partilhada por Espanha e Portugal e seus territórios ultramarinos, onde por excelência se faria sentir o peso da Igreja e do "obscurantismo" inquisitorial[9]. De Espanha se dizia que "o zelo e (a) superstição ultrapassam a de qualquer outro país católico, salvo, quiçá, Portugal"[10]. No entanto, apesar dessa representação parcialmente comum, o legado crítico sobre Espanha era muito mais denso e

remoto, pois repousava nos discursos sobre uma das antigas potências dominantes europeias, e a imagem de Portugal revestia um cunho específico e alguns traços diferenciadores, retomando, para começar, textos de visitantes estrangeiros, alguns deles bem conhecidos, mas difíceis de contornar.

A recorrência dos comentários coincidentes, provenientes de fontes muito diversas e, em boa medida, sem recíproca contaminação, não pode deixar de ser realçada. Assim, num relatório diplomático francês de 1684, afirmava-se: "quoique les portugais aient tous de l'esprit, il ne faut pas néanmoins s'étonner de leur présomption : ils n'ont aucune éducation, et comme ils n'apprennent rien des autres pays, et qu'on leur parle le la grandeur de leurs maisons et de belles actions de leurs prédécesseurs, ils croient qu'il n'y a point de noblesse plus illustre que la leur, ni nation où il y ait tant de grands hommes (...) ceux qui veulent s'appliquer aux sciences apprennent avec beaucoup de facilité, mais il y en a peu parmi les fidalgues"[11]. Dúzia e meia de anos mais tarde (1701), encontramos um comentário coincidente nas palavras de uns negociantes ingleses, só muito recentemente publicadas: "raramente viajam para o estrangeiro, pois pensam que não encontrarão entre estranhos o respeito que lhes é devido, ou porque poderão tirar pouco proveito ao conhecer outras nações (...) parecem-me viver demasiado do crédito dos seus antepassados"[12].

Cerca de um século depois, apesar do turbilhão pombalino, os diagnósticos eram estranhamente reincidentes. Neste caso, as fontes são quase repetitivas. O irlandês James Murphy afirmava, cerca de 1795, que "as Belas-Artes (...) são quase inteiramente indiferentes à Nobreza deste país"[13]. E, pela mesma altura, o germânico H.F. Link dizia que os "nobres" portugueses "ficam muito atrás dos espanhóis, tanto quanto o povo vulgar excede os seus vizinhos", acrescentando, entre outras coisas, que "em todas as disposições há falta de conhecimentos e de gosto, causada talvez pela total falta de obras de arte nesta terra (...) o nobre português ocupa o último degrau de entre a nobreza europeia"[14]. Nesse particular, o general francês Dumoriez e Link não coincidiam, pois aquele achava que "os fidalgos (ou grandes de Portugal) não são tão ignorantes como os de Espanha"[15]. É escusado acrescentar que o discurso liberal prolongaria esta imagem até à exaustão.

Nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, Link observava que "a mania de se ter muitos criados (...) é também aqui dominante"[16]. Quase todos os visitantes insistiam neste tópico. Essa era uma marca comum das sociedades europeias da primeira Idade Moderna, mas algo que se fora tornando cada vez menos comum no século XVIII. Em 1767, um autor britânico tinha escrito que "a embriaguez e uma multidão de criados inúteis eram o luxo dos tempos passados". Contudo, em Portugal, no princípio do século XVIII, vemos estrangeiros a comentar, a propósito dos fidalgos, que "o maior encargo que têm prende-se com os seus cavalos e criados"[17], e tais observações repetem-se quase invariavelmente nos livros de viajantes no fim da centúria, como nas palavras da condessa de Oeyenhausen, futura 4.ª marquesa de Alorna, quando afirmava que "em Portugal há o costume de ter por ostentação um grande número de criados e criadas e, ordinariamente, tanto cresce a família, quanto diminui a perfeição do serviço"[18]. E, ainda em pleno século XIX, visitantes britânicos referiam, a propósito dos fidalgos "and their households", "such sounding numbers as fifty or sixty domestics"[19].

OS PERFIS EDUCACIONAIS, OS PERCURSOS ULTERIORES E O ESPAÇO PÚBLICO

Desde Cunha Brochado ao discurso liberal oitocentista, passando por Ribeiro Sanches e tantos outros, o tema da educação da fidalguia era um assunto recorrente. A educação dos primogénitos da primeira nobreza de corte da dinastia de Bragança não sofreu nenhuma alteração durante o período referido, apesar de, em 1759, ter sido criado, por iniciativa do marquês de Pombal, o Colégio dos Nobres, com o qual se pretendia alterar efectivamente os padrões tradicionais de educação. De facto, só uma pequena minoria dos filhos dos Grandes e um grupo ainda mais reduzido de primogénitos passaram por ali. O essencial permaneceu: educação doméstica seguida do ingresso numa instituição militar com uma idade precoce, na maior parte dos casos. Isto ocorria na mesma altura em que, nas principais monarquias da Europa Iluminada, os sucessores das primeiras nobrezas passavam maioritariamente pela socialização dos colégios, das escolas militares e das academias. Um caso singular foi a Inglaterra onde, com frequência, os nobres chegavam até à Universidade, um destino que, em Portugal, estava reservado apenas aos secundogénitos na perspectiva de que, posteriormente, seguiriam uma carreira eclesiástica. Por isso, muitos jovens eram remetidos para os colégios reais de S. Pedro e S. Paulo da Universidade de Coimbra. Porém, é certo, as coisas começaram a mudar na segunda metade do século XVIII, muito embora sem alterar por completo o padrão referido[20].

Um pouco por toda a Europa, especialmente no século XVIII, o *Grand Tour* foi uma das formas de ultrapassar a barreira do isolamento. Mas terão sido poucos os titulares e os filhos da nobreza da Corte portuguesa que se passearam pela Europa. E a maior parte dos que se deslocaram para outros territórios do Velho Continente foi por serem nomeados para alguma embaixada, ou por acompanharem os pais ou parentes para elas indigitados ou para Roma. Ainda em 1787, Bombelles destacava que os portugueses tinham uma ideia desajustada da grandeza da sua Corte "por não terem viajado"[21], mote que quase todos retomavam, como se viu. E que só em parte é verdade, pois, se é possível dizer que desconheciam o continente europeu, a maioria das grandes casas tiveram, entre 1640 e 1800, pelo menos um dos seus representantes servindo a Coroa portuguesa no Brasil, em África ou na Índia. Na aristocracia portuguesa, os governadores do Império foram bem mais numerosos do que os diplomatas, houve mais fidalgos a peregrinarem pelo Império do que a circularem pela Europa.

O EXEMPLO DAS ACADEMIAS

Um bom indicador sobre as práticas culturais da alta nobreza portuguesa pode ser obtido pela enumeração dos primeiros titulares, sucessores e sucessoras de 60 casas titulares antigas, e que foram autores de textos literários ou outros com difusão na época, ou ainda que pertenceram ou patrocinaram alguma academia[22]. O critério é algo discutível, mas serve para identificar com relativa clareza os titulares antigos que se destacaram pelo seu interesse pela escrita literária, histórica e científica. As academias que consideramos foram as numerosas academias literárias barrocas que proliferaram entre 1665 e 1755, por vezes nas próprias residências dos Grandes, a Academia Real da História (fundada em 1721 e que declinou em 1750), a Academia Real das Ciências (fundada em 1782), a Academia Arcádia Lusitana (1756-1776) e a Nova Arcádia (que funcionou alguns anos desde 1793).

MEMBROS DA NOBREZA TITULAR ANTIGA QUE FORAM AUTORES OU ACADÉMICOS (1600-1830)

Nascidos	Número total de titulares	Autores e/ou académicos*	%**
Antes de 1651	115	12+(2)	10%
1651-1700	98	20	20%
1701-1750	88	8+(5)	9%
1751-1830	85	9+(1)	11%
Total	**386**	**49+(8)**	**13%**

* Número de membros da nobreza titular que foram académicos e/ou autores, indicando-se entre parêntesis quando o foram seus cônjuges.

** Proporção de académicos/autores em relação ao total de titulares considerados.

Fonte: Monteiro, "Nobleza y Élites en el Portugal Moderno en el contexto de la Península Ibérica (siglos XVII y XVIII)", *Las Élites en la Época Moderna: La Monarquía Española*, Enrique Soria Mesa *et al.* (eds.). Córdoba: U. Córdoba, 2009, pp. 143-155.

Do quadro anterior, podemos concluir várias questões. Em primeiro lugar, que uma média de 13% dos titulares foram autores ou membros de academias. Os números sobem para 57 indivíduos se incluirmos os maridos e as mulheres de titulares que foram autores e académicos. Isto quer dizer que os titulares que se dedicavam ao cultivo das letras eram sempre uma minoria, embora significativa. Há claramente um pequeno número de grandes casas aristocráticas que se destacam e formam autores em sucessivas gerações, como os condes de Ericeira/marqueses de Louriçal (possuidores de uma célebre biblioteca), os condes de Assumar/ /marqueses de Alorna, os marqueses de Alegrete/Penalva e os marqueses de Valença. Outro dado muito revelador é a distribuição temporal dos autores e académicos aristocratas. Embora se deva ter em conta que os números se reportam a representantes de casas titulares antigas (há vários académicos nas mais recentes), são mais numerosos, proporcionalmente, os aristocratas "cultivados" que nascem no século XVII e no século XVIII. Na prática, isto significa que há mais aristocratas nas academias barrocas e de história do que na de ciências e nas literárias, mais tardias. Ou seja, os aristocratas cultivados diminuem em vez de aumentar e são mais numerosos na época do Barroco do que na do Iluminismo, embora seja nesta última que encontramos as duas principais fidalgas literatas: a 4.ª marquesa de Alorna (Alcipe) e a 4.ª condessa de Vimieiro (Tirce)[23].

Certamente, haveria ainda que ponderar outro aspecto decisivo, o impacto do reinado de D. José e do governo do marquês de Pombal (1750-1777) sobre o desenvolvimento do espaço público. De facto, embora se tenha atacado nesse período a substituição da educação dos jesuítas e o legado intelectual e ideológico a que estava associada, introduziram-se simultaneamente mecanismos de censura e de controlo intelectual bastante importantes. Num reino pequeno e marcado pela macrocefalia de Lisboa, onde tais dispositivos se concentravam, estes instrumentos de controlo acabaram por actuar como mecanismos restritivos do crescimento do espaço público.

Apesar da difusão da Ópera e da vida de salão em Portugal durante a segunda metade do século XVIII, essas dimensões, e só dentro de certos limites, afectaram os padrões de vida da alta nobreza portuguesa. Apesar de algumas excepções significativas, a vida de salão foi seriamente condicionada pela existência de apertados mecanismos de vigilância e controlo político e de censura literária. Ainda mais, a Ópera foi ocasionalmente representada nos palácios da aristocracia e quase sempre por amadores. No geral, os espectáculos confinavam-se aos teatros públicos e à corte régia[24].

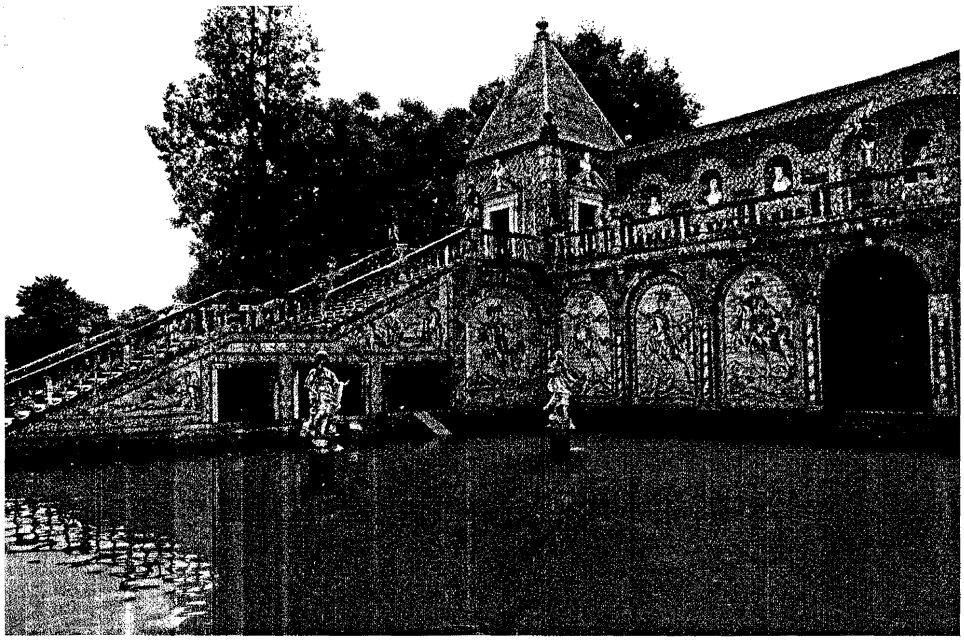

FIG. 1
TANQUE DOS CAVALEIROS/ GALERIA DOS REIS
Palácio dos Marqueses de Fronteira, Lisboa
© Inês Aguiar

AS DESPESAS CORRENTES E OS CONSUMOS CULTURAIS: AS INTERROGAÇÕES

O que se conhece sobre os consumos correntes e sobre os gastos culturais da alta nobreza portuguesa da dinastia de Bragança responde em parte às questões levantadas, o que não deixa de colocar um enorme feixe de interrogações.

Desde logo, sabemos que se confirma a persistência das enormes criadagens aristocráticas, dominantemente masculinas em Lisboa depois de 1640 (nestas se incluindo, até cerca de 1760, bom número de escravos), como que prolongando no espaço urbano as marcas de uma casa rural. Acresce que a estrutura das despesas correntes conhecidas para finais do século XVIII mostra que a alta nobreza portuguesa gastava, em média, 56% dos seus proventos com a cozinha, os ordenados dos criados e as cavalariças, valor que sobe para 69% se excluirmos os dispêndios com obras e com impostos pagos directamente. De entre estas despesas, o primeiro lugar cabia à cozinha, com 38%, seguida dos criados, com 18%, e das cavalariças, com 13%. Outras despesas, como a roupa e moda no vestuário, por exemplo, tinham assim um peso muito mais limitado. A "casa grande", com uma cozinha exuberante e uma imensa criadagem, era ainda o que definia o padrão de consumo da aristocracia portuguesa em finais do século XVIII. Nada de surpreendente, pelo que antes se invocou.

Aparentemente, essa prioridade dada à casa grande tinha importantes implicações no que se reporta àquilo que se deixava de lado.

Neste contexto, é de observar as características das casas de residência. Com a dinastia de Bragança, todos os Grandes passaram a residir em Lisboa. A maioria foi construída depois de 1640 e sofreu grandes ou totais prejuízos com o terramoto de 1755, que destruiu a maior parte dos palácios. Em geral, não se valorizava muito a qualidade arquitectónica, a estética e a sofisticação decorativa destas construções. É bem possível, no entanto, que se trate de um juízo pouco equilibrado. Antes de 1755, a par de balanços muito críticos, os visitantes também podiam considerar (1701) que "as casas da nobreza (...) têm um aspecto magnífico e de certeza custaram grandes somas de dinheiro"[25]. Algumas monografias sobre construções anteriores a 1755 permitem, também, reavaliar esses juízos[26]. A relevância que os motivos em azulejos adquiriam no seu interior era já uma nota de destaque. Depois do terramoto, dado que a quase totalidade das casas passou por momentos de grande endividamento, a reconstrução ou edifi-

FIG. 2
SALA DAS BATALHAS
Palácio dos Marqueses de Fronteira, Lisboa
© Inês Aguiar

cação dos palácios na corte fizeram-se lentamente e com fortes restrições. Os interiores destruídos não voltaram nunca mais a assumir a importância dos anteriores e, em geral, acha-se que as casas que foram construindo não se destacavam pela sua qualidade arquitectónica, nem pela sua monumentalidade. Mas, também neste caso, é preciso atender à diversidade de situações.

Quanto ao recheio das casas, deve notar-se que na esmagadora maioria dos inventários *post-mortem*, conhecidos para membros da aristocracia de corte em finais do Antigo Regime, a pintura tem um valor muitas dezenas de vezes inferior ao das jóias, do ouro e da prata, assim representando um inequívoco signo de distinção. Com efeito, o "ouro, prata e diamantes" eram, na maioria dos casos, a principal entrada no recheio das casas aristocráticas; e, dentro desse conjunto, a prata vinha quase sempre em primeiro lugar. Em Portugal, pelo que se conhece, havia quase tantos ourives da prata como do ouro; todos, eram muitos mais do que os pintores identificados. Em regra mais do que jóias, eram as salvas, baixelas e talheres que conferiam àquele metal, que não se extraía nos territórios da Monarquia portuguesa, o seu lugar destacado[27]. As baixelas e a porcelana constituíam sinais de riqueza frequentes nestas grandes casas e, tal como antes, armoriadas e encomendadas na Ásia. Como acontecia com a prataria, podiam ter uma forte ligação com a mesa. Também o mobiliário, muitas vezes em madeiras exóticas ou encomendado no Oriente, ultrapassava em regra o valor da pintura. Ao contrário de épocas mais remotas, se existiam sempre retratos dos senhores das casas e de alguns antepassados, muitos deles de escasso valor monetário, se sempre se encontram as chapas (gravuras) com motivos religiosos e imagens de santos, militares ou históricos, só uma pequena minoria se destacou por reunir pintura de qualidade apreciável. Entre 1640 e 1755, destacavam-se os Ericeira que, além da livraria, eram grandes coleccionadores de antiguidades, moedas, história natural e pintura e, ainda, as casas aparentadas e depois unidas de Alegrete/Penalva, de Fronteira (nas Chagas), da Atalaia, de Vila Nova de Portimão e dos Sousa do Calhariz[28]. Menos conhecidas são as colecções notáveis da casa de Abrantes e da pintora D. Ana de Lorena, nela nascida, e da casa de Assumar[29]. Curiosamente, apesar da crescente relevância que se vai atribuindo à decoração dos interiores, as impressionantes colecções de pintura existentes depois de 1755 foram em menor número[30], aparecendo sempre com grande destaque a colecção dos Alegrete.

NOTA FINAL

Como foi referido anteriormente, a historiografia europeia mais recente sublinhou, sobretudo para os últimos anos do século XVII, e particularmente para o século XVIII, o papel cultural da nobreza. E, se a Península Ibérica parece ficar à margem deste processo devido aos tons negativos associados à denominada "Lenda Negra", parecem existir grandes diferenças na dimensão e na relevância da produção intelectual, artística e dos intercâmbios culturais entre a Monarquia espanhola ao longo do século XVIII e o que se observa em Portugal. No campo específico da pintura, por exemplo, existia em Madrid uma forte tradição de coleccionismo artístico aristocrático em Seiscentos, que, apesar das novas e variadas influências francesas introduzidas pelos Bourbons, não deixou de manter-se viva durante toda a centúria de Setecentos.

A ideia que defendemos, e que carece de fundamentação suplementar, é a de que o afastamento social e cultural da monarquia portuguesa em relação à espanhola, fruto da subida ao trono da dinastia de Bragança em 1640, contribuiu de forma decisiva para aumentar o distanciamento das elites portuguesas em relação à cultura europeia. Os principais aliados externos de Portugal eram os Ingleses, cuja língua era quase desconhecida pelos Portugueses e com a qual os intercâmbios culturais eram ainda muito escassos.

Uma das contrapartidas da ruptura com Espanha foi assim, no plano diplomático, a aliança com os hereges ingleses, com os quais nunca foram ultrapassadas as barreiras religiosa e cultural. Porém, uma condição necessária de tudo foi o Império. E, nessa matéria, a experiência das elites portuguesas era verdadeiramente singular; no século XVIII, nenhuma outra nobreza europeia havia tido uma experiência imperial comparável. De facto, a maior parte das grandes casas tiveram, entre 1640-1820, pelo menos um dos seus representantes servindo a Coroa portuguesa no Brasil, em África ou na Índia[31]. Na aristocracia portuguesa, os governadores do Império foram bastante mais numerosos do que os diplomatas. De costas viradas para a Europa, estava mais profundamente ligada às conquistas e, sobretudo, ao Atlântico e ao Oriente. Tudo isso ajuda a explicar a casa grande em Lisboa, bem como algumas das componentes dos seus recheios.

---

1 Weber, "Class, Status, Party", p. 73.

2 Elias, *A Sociedade de Corte* (1987), p. 47.

3 Dewald, *The European Nobilities 1500-1800*, pp. 157-162.

4 Idem, *Ibidem*, pp. 199, 186-187.

5 Brewer, *The Pleasures of the Imagination. English Culture in the Eighteenth Century*, p. 341.

6 Sérgio, *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*.

7 Idem, *Ibidem*, p. 24.

8 Cf. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*; e Macedo, *Estrangeirados - Um conceito a rever*.

9 Para o caso espanhol, cf., entre outros, García Cárcel, *La Leyenda Negra. Historia y opinión*.

10 O inglês Smollet, citado *in* García Cárcel, *op. cit.*, p. 153.

11 Serrão (ed.), *Uma Relação do Reino de Portugal em 1684*, p. 20, ortografia actualizada.

12 Cox, *Relação do Reino de Portugal, 1701*, p. 270.

13 Murphy, *Viagens a Portugal (1795)*, p. 169.

14 Link, *Travels in Portugal and through France and Spain: with a dissertation on the Literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages*, pp. 128 e 131.

15 Dumoriez, *An account of Portugal as it appeared in 1766...*, p. 119.

16 Link, *op. cit.*, pp. 128 e 131.

17 Cox, *op. cit.*, p. 278.

18 *Marquesa de Alorna: Inéditos, cartas e outros escritos*, pp. 87, 84-85 e 86.

19 *Sketches of Portuguese Life, Manners, Costume, and Character: illustrated by twenty coloured plates by A.P.D.G.*, p. 169.

20 Cf. as casas consideradas em Cunha; Monteiro, "As grandes casas".

21 Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal (1786-1788)*, p. 124.

22 Dados inéditos, tendo por base o grupo definido em Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*.

23 Cf. Bello Vázquez, *Uma Certa Ambição de Glória. Trajectórias, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798); Alcipe e a sua Época; Alcipe e as Luzes.*

24 Cf. Brito, *Opera in Portugal in the Eighteenth Century.*

25 Cox, *op. cit.*, p. 255.

26 Como em muitos outros casos, as referências são demasiado extensas para poderem ser desenvolvidas aqui.

27 Dados levantados por David Felismino, projecto *Poder Político*/ICS; e no âmbito do projecto "Portas a dentro", financiado pela FCT-MCTES (PTDC/HAH/71309/2006); ver Cunha e Monteiro, "As grandes casas"; e ainda a dissertação em curso de Mafalda de Magalhães Barros: "Das colecções privadas aos museus públicos. Consumos artísticos e formas de distinção do Antigo Regime para o Liberalismo. As aquisições da casa real e as das elites portuguesas e a génese das colecções nacionais".

28 Delaforce, *Art and Patronage in Eighteen-Century Portugal*, p. 225 e ss.

29 Dados levantados por David Felismino, projecto *Poder Político*/ICS; e no âmbito do projecto "Portas a dentro", PTDC/HAH/71309/2006.

30 Cf. Projecto antes referido e Delaforce, *op. cit.*, pp. 314-339.

31 Cf. Cunha; Monteiro, "Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII".